

1
2
3
4
5
6
7



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR



1 ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA realizada em 22 de Novembro de 2007:

2 Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e sete, às 08h30 em primeira convocação e
3 às 09:00h em segunda convocação, com qualquer número de Conselheiros presentes, na sala de
4 reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, na Rua
5 Pedro Ivo, número 750, 5º andar, nesta Capital, deu-se início à Assembléia Ordinária do
6 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR. Nessa oportunidade,
7 estiveram presentes os seguintes Conselheiros **Governamentais:** Thelma Alves de Oliveira e
8 suplente Ana Lídia Manzoni (Secretaria de Estado da Criança e da Juventude - SECJ); Álvaro
9 Miguel Rychuv e Aramis Chagas Borges (Casa Civil); José Antônio Guazelli de Jesus (Secretaria
10 de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior); Sandro Cavaliere Savóia (Secretaria de
11 Estado da Educação); João Dario de Oliveira (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania);
12 Heitor Ângelo Scremin França (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral);
13 Luciana Magaldi Johansen (Secretaria de Estado da Saúde); Ironi Vieira de Camargo (Secretaria
14 de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social); **Sociedade Civil Organizada:** Eliana
15 Arantes Bueno Salcedo (Projeto Recriar Família e Adoção); Manfred Ernst Schwalb (Associação
16 Cristã de Assistência Social – Acridas); Paula Baena (Hospital Pequeno Príncipe); Jacqueline
17 Marçal Micali (Escola Profissional e Social do Menor de Londrina – Epesmel); Ane Bárbara
18 Voidelo (Instituto Educacional Dom Bosco); Adão Ladir Schneider (APAE- Guarapuava); Lúcio
19 Fernando Linhares Machado (Associação Maringaense de Apoio e Reintegração do Adolescente –
20 Amaras – Recanto Mundo Jovem); Creusa Aparecida Sampaio Serrute (Centro de Estudos do
21 Menor e Integração na Comunidade – Cemic Assis Chateaubriand); Edson Antônio Galvan
22 (Centro de Recuperação Vida Nova – Cervin); Ires Damian Scuzziato (Centro Comunitário e
23 Social Dorcas); João Vítor Cruzoletto (Fundação Isis Bruder); **Colaboradores e Fiscalizadores:**
24 contou-se com a representante Ana Christina Brito Lopes (Ordem dos Advogados do Brasil –
25 OAB/PR); Valtenir Lazzarini (Fórum DCA/PR), toda a equipe da SECJ responsável pelas Equipes
26 Regionalizadas do interior e diversos convidados. Reuniu-se o Cedca para deliberar sobre os
27 seguintes assuntos constantes da pauta: 1. Abertura – 8h30; 2. Aprovação da Pauta (disponível
28 no site do Cedca, em www.secj.pr.gov.br); 3. Aprovação da ata da reunião Ordinária e
29 Extraordinária de 19/10/2007; 4. Informes da Secretaria Executiva; 5. Relato das Câmaras
30 Permanentes e Comissões Temáticas Temporárias; 6. Apresentação, análise, discussão e
31 aprovação da Política Pública voltada para a Criança e Adolescente do Estado do Paraná e da
32 proposta de Programas a serem Financiados com Recurso do FIA/2008; 7. Relato Comissão de
33 Habilitação para Eleição; 8. Escolha do responsável pela delegação do Paraná para a
34 Conferencia Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Horário de Vôo; 9.
35 Apresentação de dois projetos para inclusão no Banco de Projetos; 10. Apresentação de dois
36 projetos da SECJ para Petrobrás; 11. Diversos; 12. Encerramento – 17h30. **1. Abertura: A**
37 **Presidente Thelma** iniciou a reunião saudando e agradecendo a presença de todos. Informou
38 que a **vice-presidente Eliana** pediu desculpas mas não teve condições de estar presente na

8
9

10
11
12
13
14
15
16



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR



40 reunião devido a não ter passado bem a noite, porém, tudo indica que no dia de amanhã a
41 mesma estaria presente; informou que estão presentes as **Equipes Descentralizadas da**
42 **Secretaria de Estado da Criança e da Juventude** que trabalham nas regiões. Na seqüência, a
43 **Presidente** informou que seria importante fazer uma apresentação das **Equipes**
44 **Descentralizadas** e também a apresentação dos **Conselheiros** para que todos possam ter a
45 oportunidade de se conhecerem, a **Presidente** solicitou a presença da **Sra Professora**
46 **Angelina**, ex-Conselheira pela Secretaria de Educação, atuante da área Social em especial na
47 área de atendimento aos portadores de necessidades especiais, informou, ainda, que a **Sra**
48 **Angelina** aceitou o desafio de ficar na área de proteção da Secretaria, acompanhando de perto
49 todo o trabalho da SECJ. Em seguida, destacou-se os principais pontos de pauta “**Apresentação**
50 **dos Programas Estaduais e Estudo da 1ª Hipótese da redistribuição do FIA/2008**, ainda
51 informou que a idéia é trabalhar o dia todo concentrando o esforço nessa matéria e no dia
52 seguinte de manhã trabalhar os assuntos gerais e à tarde encerra com os assuntos que não
53 forem vencidos; ainda informou que convidou a **Sra. Sandra Teresinha da Silva técnica do**
54 **Ipardes** que fará apresentação de um estudo chamado **VÁRIOS PARANÁS**, que traz um
55 diagnóstico do Estado com indicadores sociais, no qual nos referenciamos para pensar um pouco
56 os programas e os critérios. Dessa forma, deu-se início às apresentações começando com os
57 **Conselheiros**: A primeira a se apresentar foi a **Professora Angelina** (ex-Conselheira pela
58 Secretaria de Educação) que responde até o final do mês pelo Departamento de Educação
59 Especial Inclusão Educacional da Secretaria de Educação, porém, já está na nova Secretaria de
60 Estado da Criança e da Juventude, colocando que está muito animada com as possibilidades de
61 trabalho apresentadas, o desenvolvimento de uma Política Pública como essa; **Sra Ana**
62 **Christina Brito Lopes** (na condição de Secretária da Comissão da Criança e do Adolescente da
63 OAB/PR, representante da OAB no Conselho); **Conselheira Paula Baena** (Conselheira Suplente
64 representante do Hospital Pequeno Príncipe); **Conselheiro Adão Lodir Schneider** (Conselheiro
65 Suplente, representante da APAE – Guarapuava); **Conselheira Ane Bárbara** (Conselheira
66 Titular do Instituto Educacional Dom Bosco representando a Macrorregião de Guarapuava);
67 **Conselheiro João Vítor** (Conselheiro Titular da Fundação Ísis Bruder representando a
68 Macrorregião de Maringá); **Conselheiro Lúcio** (Conselheiro Suplente Amaras Recanto Mundo
69 Jovem representando a Macrorregião de Maringá); **Conselheira Ironi** (Conselheira Suplente da
70 SETP hoje representando a Conselheira titular); **Conselheira Luciana** (Conselheira titular
71 representante da Secretaria de Estado da Saúde); **Conselheiro Edson** (Conselheiro titular do
72 Centro de Recuperação Vida Nova – Cervin representando a Macrorregião de Londrina);
73 **Conselheira Jacqueline Micali** (Conselheira titular da Epesmel representando a Macrorregião
74 de Londrina); **Conselheira Ires** (Conselheira titular do Centro Comunitário e Social Dorcas
75 representando a Macrorregião de Cascavel); **Conselheiro Álvaro Rychuv** (Conselheiro titular
76 representante da Casa Civil); **Conselheiro José Guazelli** (Conselheiro suplente representante
77 da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior); **Conselheiro Aramis**

17
18

19
20
21
22
23
24
25



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR



78(Conselheiro suplente representante da Casa Civil); **Sra. Sandra** (Técnica e Pesquisadora do
79Ipardes do Núcleo de estudos do Desenvolvimento Regional e Urbano); **Sra. Regina** da
80Secretaria Executiva dos quatro Conselhos Estaduais abrigados na SETP; **Sidiane Renata**,
81estagiária da Secretaria Executiva dos Conselhos. Em seguida, as equipes descentralizadas se
82apresentaram ao Conselho informando nome e região. Em seguida, a **Presidente** destacou os
83pontos a serem discutidos e analisados para constar em pauta que serão: leitura e aprovação da
84ata, relato da Comissão de Habilitação das Eleições, Viagem a Brasília, dois projetos para
85inclusão no banco de projetos que são urgentes por conta do período da doação do FIA e mais
86dois projetos que a Petrobras disponibilizou recursos para o Conselho Estadual, a **Conselheira**
87**Paula** trouxe um assunto que é o não-aumento do repasse do SUS em relação ao item de
88crianças hospitalizadas relativo ao Acompanhamento Familiar, sendo assim, vai apresentar uma
89proposta de ofício para o Conselho deliberar o encaminhamento ao Ministério da Saúde e ao
90Conanda solicitando a revisão do mesmo, ainda serão apresentados referente ao **Seminário e**
91**relatos da Conferencia de Maringá** e informes da Secretaria Executiva. **2. Foi dada a**
92**palavra a Sra. Sandra (Técnica do Ipardes) para dar início à apresentação da pesquisa**
93**VÁRIOS PARANÁS**, na qual a mesma agradeceu a oportunidade e a satisfação de estar
94mostrando o trabalho da equipe do Ipardes. Os principais pontos discutidos foram: Relatório e
95Metodologias, Linhas de Ação e Síntese. Toda a pesquisa apresentada está disponível na página
96eletrônica www.ipardes.gov.br. A **presidente** solicitou à Secretaria Executiva que encaminhe
97um ofício agradecendo a presença do IPARDES e o brilhantismo da apresentação da Técnica
98Sandra, a qualidade do trabalho no sentido de fornecer subsídios para pensar e definir política
99para a Criança e Adolescente. Em seguida, propôs que nesse momento poderiam-se aproveitar a
100presença da Técnica do Ipardes e discutir a realidade do Cedca, colocando os grandes dilemas e
101ouvir os conselheiros extraindo conclusões, ainda informou o que evoluiu e amadureceu
102estudando esse material e discutindo a questão da Criança e do Adolescente, a Política versos o
103diagnóstico ficaram muito claro dois tipos de problemas: as áreas vulneráveis dos médios e
104grandes municípios, que concentram riquezas, concentram produção e também concentram
105desigualdade social, onde riqueza e pobreza convivem no mesmo espaço geográfico, dessa
106forma, os sintomas além da desigualdade social, altos índices de violência, exposição de riscos,
107exploração sexual de adolescentes, uso de drogas, que acabam sendo as situações mais críticas
108em relação ao comprometimento do desenvolvimento da Criança e do Adolescente, esses
109municípios produzem riquezas, porém, eles não dividem, que é o que acaba gerando todos esses
110problemas, uma área a ser pensada e trabalhada nessa problemática dos médios e grandes
111centros onde se expõem, outro dado dessa realidade é o que a **Sra. Sandra** colocou, a população
112Juvenil vem para os médios e grandes centros, ... o ambiente é pobre, culturalmente,
113economicamente, o contexto é pobre no sentido de oportunidade e o conjunto daquela população
114também o é, então você tem ambientes e oportunidades de contradição de riquezas, outro bloco
115onde o conjunto da população é pobre, dessa forma os problemas que vamos ter são carência

26
27

28
29
30
31
32
33
34



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca/PR



116cultural, educacional, oportunidade, poucos estímulos para o desenvolvimento pensando na
117Criança e no Adolescente, sendo duas realidades diferentes. O dinheiro do FIA não vai
118desenvolver áreas economicamente, o dinheiro do FIA vai compensar suplementar as políticas de
119base em duas grandes direções: a) socorrer aquelas Crianças e Jovens que estão escapando, com
120uma trajetória de quase alto destruição e b) segurar aqueles que estão em extrema situação de
121risco. sendo a solução, para esses casos, a educação e a cultura para a criança. Sendo assim,
122quando for analisar os diagnósticos e os programas, eles vão estar mais ou menos calcados nessa
123balança (critérios)... Ainda informou que se os recursos do FIA fossem direcionados somente
124para os pequenos municípios, haveria dificuldades na sua correta utilização, uma vez que não
125possuem profissionais nem capacidade de operacionalização de grande volume de recursos. No
126entanto, a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio é patente, socorrer as áreas
127críticas, trabalhar a relação com a família e o diagnóstico para a composição de outros
128programas. Foi questionado pelo Conselheiro Guazelli a questão referente à viabilidade de se
129fazer esse estudo, cruzando dados com o SIPIA que já possui dados caracterizados e o Mapa do
130Crime, utilizando a mesma metodologia que resultaria em confiabilidade. Replicou a **Presidente**
131considerando que tal medida já ocorreu, porém, a fonte de informações parte de metodologias
132diferentes. Dessa forma, novos itens serão buscados nas delegacias devendo demorar essa
133compatibilização. Foi colocado pela **Conselheira Ires** que no seminário ocorrido apresentou-se
134dados sobre Direitos Violados (92%), a maior parte deles do Direito de Convivência Familiar e
135Comunitário. Avaliou a **Conselheira Ironi** que as pesquisas demonstram a pobreza institucional
136existente, a pobreza na capacidade de gestão dos recursos. Percebeu-se que as últimas análises
137dos projetos do FIA revelaram projetos apresentados somente para a obtenção de recursos,
138nenhum em cima de diagnóstico, com inviabilidade de repasse, demora na execução. Na maioria
139das vezes, a elaboração do projeto é efetuada por pessoas que desconhecem as realidades do
140município, devendo tal situações ser modificadas urgentemente. Por outro lado, a **presidente**
141acrescentou que cerca de 20% das Prefeituras não possuem certidão negativa para receber o
142recurso, possuindo também problemas de gestão. Foi feita uma autocrítica do desempenho do
143Cedca e do próprio governo, na utilização dos recursos do FIA: - Concluiu-se que existe
144dispersão desses recursos e o desafio é alterar urgentemente essa lógica na Política Estadual de
145atendimento à Criança e ao Adolescente. É necessário que se utilize alianças com as prefeituras
146e ao definir a política de priorização dos municípios e dos programas. Informou a **Conselheira**
147**Presidente** que ao desenhar o Pacto pela infância e Juventude sentou-se com diversos
148Secretários de Estado (Saúde, Educação, Assistência e Trabalho), colocando quais seriam as
149prioridades. Na seqüência, foi visto que todas as demais secretarias poderiam compor o Pacto,
150assumindo o compromisso de olhar as prioridades no âmbito de suas competências, direcionando
151recursos e completando essas ações. A seqüência desses trabalhos irá dar exatamente o desenho
152que se tem pensado para o recurso, complementando ações na área da Saúde, da Educação, da
153Assistência e do Trabalho, no sentido de tercer-se essa rede. **3 - Foi sugerido pela**

35
36

37
38
39
40
41
42
43



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca/PR



154 **Conselheira Presidente** que a Plenária apreciasse todos os programas que seriam
155 apresentados, anotando os tópicos e abrindo para discussão. No que tange à distribuição dos
156 recursos, considerou-se positivo ouvir as propostas, verificando se estão partindo da mesma base
157 crítica de direcionamento. Alguns pontos foram levantados com relação ao uso dos recursos do
158 FIA, a exemplo de distribuir para todos os municípios causando a pulverização. Valores
159 pequenos resultam em ações tímidas e poucos resultados. As conseqüências negativas na
160 universalização, a demora para analisar os 600 projetos que vieram das prefeituras, muitos deles
161 voltados apenas para a captação de recursos, com inconsistência de propostas e desvio de
162 finalidade bastante significativo; tudo isso foi pautado como expressivas dificuldades
163 enfrentadas. É fundamental a compreensão de que o FIA não é um banco social e sim um
164 recurso desenhado sobre uma política, posicionou-se a **Conselheira Presidente**, informando
165 que a nova lógica é trabalhar com base num diagnóstico, por isso a apresentação do Iparde que
166 acabou trazendo importantes indicadores, contribuindo por definir programas estaduais
167 estratégicos e prioritários. Questionou a **Conselheira Thelma** se os conselheiros concordariam
168 em seguir nesse esforço de melhorar essa lógica, caso todos se encontrassem insatisfeitos com o
169 que estava sendo feito até agora. Na verdade, o que se deseja é chegar em uma utilização dos
170 recursos do FIA, como instrumento de implementação de uma Política Estadual, através da qual
171 seja possível atender Crianças que estão em maior risco. Segundo **Valtenir Lazzarini (Fórum
172 DCA)**, o Conanda está discutindo os parâmetros de funcionamento do fundo, já que é destinado
173 a fazer a retaguarda das medidas de proteção quando as crianças têm os seus direitos violados.
174 A **Presidente** veio a acrescentar que dentro dessa linha, o caráter suplementar que será
175 colocado é o de se pensar nos 5 direitos fundamentais do ECA: - Para alguns desses direitos já
176 existem políticas públicas e o esforço é realmente buscar alcançar esses direitos violados, em
177 especial, aqueles em situação de maior gravidade. Há necessidade de se priorizar, pois se o
178 destino do recurso for só abrigo e Socioeducação haverá um desequilíbrio na política.
179 Considerou a **Conselheira Paula** que se as políticas públicas básicas estivessem sanadas,
180 porém, a realidade é outra. **O Conselheiro João Vitor** explicou, mostrando a área de
181 vulnerabilidade citada pelo Iparde, bem como comentou acerca da migração dos jovens e o fato
182 de os municípios menores não estarem preparados para gastar o recurso não deve ser uma
183 desculpa para o não-repasse e sim uma situação que necessita ser auxiliada pelo Estado.
184 Segundo a **Presidente**, a análise dos programas poderia começar pelo **Programa De Bem com
185 a Vida**, a partir do Plano que aborda o tratamento da Saúde Mental e Drogadição, cujo recurso
186 já está deliberado desde novembro de 2006. A **Sra. Maria de Fátima**, representante da
187 Secretaria de Estado da Saúde - **Superintendência de Políticas de Atenção Primária** foi a
188 relatora falando da sua satisfação de participar dessa luta: - afirmou que a saúde tem participado
189 de uma forma expressiva para minimizar essas problemáticas, entendendo que não são ações a
190 curto prazo. Além desse Plano, a **Presidente** informou que existe também a ação de
191 reordenamento das 19 comunidades terapêuticas que atendem adolescentes. Dessa forma, foi

44
45

46
47
48
49
50
51
52



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR



192 feita uma reserva de recursos para essa ação que passa por reforma, equipamentos e adequação
193 às regras da Anvisa, mais a ação educativa de prevenção assumida pelo Conselho Estadual de
194 Combate ao uso de Drogas. O **Conselheiro Edson Galvan** acrescentou que, dentro dos critérios
195 levantados, todas as entidades que atendem essa faixa de adolescentes se encaixam nos critérios
196 do projeto. Acrescentou que a grande dificuldade apresentada pelas Comunidades Terapêuticas
197 é a manutenção, conservando a equipe técnica para dar continuidade aos trabalhos. Sugeriu a
198 **Presidente** que as equipes da Criança e da Saúde poderiam visitar essas comunidades com a
199 finalidade de analisar seus projetos. O Programa “De Bem com a Vida” passa necessariamente
200 por uma negociação com as prefeituras. Afirmou o **Conselheiro Edson** que se as 19
201 comunidades fossem contempladas serão R\$60.000,00, e tais recursos são insuficientes para a
202 necessária adequação. Na sequência, a **Conselheira Thelma** esclareceu que existe necessidade
203 de adequação física mínima de acordo com a Anvisa, já que relatos ocorreram de que os adultos
204 misturam-se às crianças durante o tratamento. Concordou o **Conselheiro Edson** dizendo que os
205 quartos devem abrigar no máximo 6 pessoas com critérios bem definidos. Já o **Conselheiro**
206 **Lúcio** fez um aparte, colocando que essa iniciativa deve abranger também os setores público e
207 privado. As entidades, na maioria das vezes, recebem a verba e já no mês seguinte enfrentam
208 dificuldades. A **Presidente** colocou haver a necessidade de reordenamento físico estrutural, com
209 uma análise das equipes da Criança e da Assistência. O valor da contrapartida menor foi assunto
210 por alguns momentos. Novamente a **Conselheira Paula** questionou que acima da questão da
211 readequação nas comunidades terapêuticas está também o envolvimento dos diversos parceiros
212 executores, entidades, prefeituras e suas contrapartidas que devem ser contínuas e efetivas.
213 Comentou-se que o entendimento aos adolescentes com problemas de drogadição abrange 10
214 municípios, considerados prioritários. Foi colocada a crítica do **Conselheiro Lúcio**, informando
215 que o Município de Maringá não foi contemplado e que essa problemática de drogas naquela
216 região é preocupante. A **Presidente** informou que já estão agendadas as visitas a serem
217 efetuadas pela equipe regional. A casa de passagem foi planejada para atender aos municípios
218 das Macrorregiões. Houve uma solicitação da **Presidente** dirigida ao **Conselheiro Edson**, para
219 que em conjunto com o SIPIA, se pudesse colaborar no sentido de avaliar o mínimo necessário
220 de recursos que garantiriam a continuidade das atividades nessas instituições. Respondeu o
221 **Conselheiro Edson** que tal função deveria emanar da Comissão que realizará as visitas,
222 verificando a efetividade do funcionamento adequado. Foi sugerido pelo **Sr. Valtenir** que se
223 tivesse prudência, pensando na questão do pré-projeto e de acordo com a realidade de cada um,
224 poderá haver distribuição maior ou menor de recursos. Segundo a **Presidente**, a denominação
225 da instituição será CAP’S Infante Juvenil Especializado em Álcool e Droga. A **Conselheira**
226 **Luciana** (Saúde) esclareceu que tal projeto atenderá a Saúde Mental Infante-juvenil com ênfase
227 na drogadição. Já a **Presidente** informou que essa discussão terá de avançar, passando por uma
228 análise criteriosa, pois os recursos só poderão ser repassados até 30 de junho, dado o período
229 eleitoral. Portanto, as ações deverão ser concentradas nos 10 municípios selecionados, com

53
54

55
56
57
58
59
60
61



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR



230CAP'S especializados, e os demais virão em seguida – **APROVADO o encaminhamento.** Na
231seqüência, o **Sr. Roberto (SECJ)** fez a apresentação do programa **Liberdade-Cidadã**, que diz
232respeito ao direito fundamental de liberdade e dignidade, objetivando a redução da violência
233juvenil, o apoio técnico e financeiro bem como o fortalecimento das medidas socioeducativas em
234meio aberto. Comentou-se sobre a adaptação de 42 delegacias para atendimento inicial de
235adolescentes (Deliberação de 2007), capacitação, contrapartida do curso de formação e a
236construção de uma escola de socioeducação em Curitiba, visando a atender todo o Estado, para
237sair da lógica de contratar hotéis e outros locais para as capacitações (economia de recursos).
238Sugeriu-se a construção e equipagem de 3 casas de semi-liberdade em Curitiba, Umuarama e
239Toledo, material esportivo e pedagógico nos centros de socioeducação com propostas próprias,
240implantar estúdios de rádios e TV nos centros (projetos já executados em Foz do Iguaçu) e
241projetos de construção de uma obra que sediará um outro em São José dos Pinhais. Relatou a
242**Presidente** que o Conanda deverá repassar quatro milhões e oitocentos mil reais, com
243contrapartida de um milhão e oitocentos mil reais, destinados a esse município e Piraquara.
244Projeta-se também assegurar a implantação do **PAIS**, um programa relacionado ao trabalho com
245as famílias, a qualificação profissional dos adolescentes em socioeducação com certificação,
246ampliação e reformas nos demais centros, egressos e a continuação da capacitação permanente
247dos servidores da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude que atendem essa área. Fez
248um panorama dos repasses realizados em 2007 (LA e PSC), em cuja deliberação estão
249conveniados 50 projetos que totalizam 2 milhões e 600 mil reais, contemplando 52 municípios,
250com 2.667 atendimentos. Isso representa apenas 37% do total de atendimento de todo o Estado,
251pois 63% acontecem sem financiamento. Externou que foi detectado, também, o desvio de
252função de profissionais que deveriam atuar 40 horas semanais nos projetos de Liberdade
253Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e atuam em gabinetes de prefeitos, etc. Dessa
254forma, é importante a mudança da lógica no financiamento: a) não se manter tais programas em
255pequenos municípios onde a demanda é mínima, b) encaminhar a clientela para atendimento em
256ações já existentes, c) cobrar dos municípios a responsabilidade na efetivação desses programas
257com diretrizes técnicas, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, c)
258desenvolver o processo socioeducativo voltado para formação integral e emancipatória e d)
259trazer a família e a comunidade como atores para dentro dos programas, com ações planejadas,
260monitoradas e avaliadas permanentemente. Manifestaram-se contra o pagamento de pessoal,
261devendo essa medida ser entendida como de responsabilidade do município. Objetivando-se um
262acompanhamento no nível de Estado, os relatórios deverão ser encaminhados trimestralmente,
263com participação sistemática das capacitações promovidas pela Secretaria de Estado da Criança
264e da Juventude e Cedca/PR. Buscou conhecer a **Conselheira Ires** se os municípios de pequeno
265porte também teriam algum tipo de financiamento para adolescentes e elogiou a iniciativa do
266Governo do Estado em assumir essa política. Considerou que isso é um risco: existem municípios
267com 10.000 mil habitantes e 44 meninos em LA. O Ministério Público poderia cobrar um

62
63

64
65
66
67
68
69
70



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca/PR



268contraturno ou profissionalização, porém, está sendo aplicada a LA e o PSC, medida essa inclusa
269num movimento dos promotores para que todos os municípios criem tais programas. Foi
270proposto que em 2008 seja aprofundada essa discussão sob o ponto de vista legal, o lado
271operacional dessa política com todos os seus critérios, evitando que os recursos fiquem ociosos e
272avançando na questão do repasse continuado. Respondendo a **Conselheira Ires**, a **Presidente**
273**Thelma** salientou que há riscos em colocar tais recursos e aumentar o número de meninos que
274receberão medidas socioeducativas, sendo tratados como infratores. Na continuidade, a
275**Conselheira Jacqueline** parabenizou o **Sr. Roberto**, considerando que as ações estarão bem
276próximas do ideal, porém, manifestou toda a sua preocupação direcionada aos municípios
277menores, já que o FIA não pode ser considerado uma política pública; dessa forma, o Estado e o
278Cedca necessitam planejar uma saída que permita atendimento a essas necessidades, porém, de
279forma contínua. Relatou a **Conselheira Ires** ter observado que nas capacitações, nem sempre
280comparecem as pessoas que estão diretamente envolvidas com os programas. É necessário focar
281na qualificação profissional dos verdadeiros protagonistas, que trabalham diretamente com a LA
282e PSC dentro dos municípios. Foi apresentada de uma forma ampla a consideração do **Sr.**
283**Roberto** a respeito do Liberdade-Cidadã, que justamente priorizará essa área de capacitação, a
284linha de raciocínio de não financiar a execução mas dar um apoio em ações diretas, trabalhar
285com qualificação profissional e atendimento às famílias e o cuidado necessário que se deverá de
286ter na destinação e nas quantias a serem repassadas. Avaliou a **Conselheira Presidente** que os
287recursos do FIA, na verdade, poderiam ser canalizados para os 399 municípios, que recebem
288medidas socioeducativas e de abrigo, segundo a Lei. No entanto, isso aumentaria a
289institucionalização das crianças e o conseqüente afastamento da família, aumentando a
290estigmatização da juventude, como se todos fossem infratores. Ouviu-se da **Conselheira Ane** a
291concordância no que se refere à responsabilização do município e ao co-financiamento das
292medidas; a equipe técnica deverá ser financiada, também, pelo município, porém, se deve
293lembrar que muitos dos projetos são financiados pelo FIA, garantindo a sua eficiência.
294Interpretou o **Sr. Roberto** que as prefeituras deverão realmente ser responsáveis, no entanto,
295não poderá ocorrer uma ruptura imediata tendo em vista que o financiamento de 2007
296sustentará esses programas durante todo o ano de 2008. Paulatinamente, esse processo ocorrerá
297e esse foi o princípio utilizado para não se desestabilizar esses programas. A **Conselheira**
298**Creusa** pediu um espaço para informar que justamente os municípios menores não receberão
299programas, visto não se enquadrarem nos critérios. Assim, os adolescentes irão para as
300instituições, e, quando não-governamentais, normalmente são aquelas não convidadas para as
301capacitações. Concluiu que dentro dessa linha, esse é um tópico que necessita ser priorizado.
302Garantiu a **Srta. Aline (SECJ)** que antes da capacitação ocorreu um levantamento, deixando
303transparecer as equipes que operavam as medidas socioeducativas em meio aberto, uma
304realidade que na verdade muda rapidamente. Por outro lado, às vezes, existe a medida operada
305por uma entidade que não mantém uma interação muito tranqüila com o município, gerando uma

71
72

73
74
75
76
77
78
79



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR



306disputa. Pensa-se em reformular essas questões, tentando-se atingir essas pessoas da melhor
307forma. Avaliando a sugestão, a **Presidente** acrescentou que só nesse programa existem 4 linhas
308de capacitação: - a de LA e de PSC, a qualificação profissional dos adolescentes, a capacitação
309inicial dos servidores envolvendo a Polícia Civil. Nas várias iniciativas do curso, trabalhou-se em
310rede as áreas da Saúde, Segurança, Educação e outras. – Na seqüência, apresentou-se o **Projeto**
311**Atitude e Juventude**, demonstrado pela **Técnica Aline (SECJ)**. Considerou ela que esse
312projeto já é familiar ao Cedca, por conta de outro já apresentado pela Secretaria de Educação.
313Inicialmente, trata-se de um projeto-piloto para 200 bolsistas, agora num modelo ampliado, com
314recorte focado no atendimento de uma demanda social e articulações com família e comunidade,
315não só dentro da escola. A gestão do programa será compartilhada pela Secretaria da Criança e
316Juventude e Secretaria da Educação; esse bolsista seria um estudante de escolas estaduais que
317desenvolverá ações dentro e fora da escola, com famílias, comunidades, ex-alunos, no sentido de
318que possa contribuir com ações que saiba fazer, partindo de objetivos muito pautados no
319diagnóstico daquela realidade, no enfrentamento e na superação dos problemas, tais como
320inserção escolar, a violência, uso de drogas e dificuldade de relações. Seriam planejadas oficinas
321e o público-alvo seria os jovens, adolescentes, crianças e suas famílias, estudantes em escolas
322públicas localizadas em áreas de alta vulnerabilidade social. A princípio, seriam 1.769 jovens ou
323adolescentes contemplados com bolsas no valor de R\$200,00 (duzentos reais) mensais, durante
324doze meses, em idade entre 15 e 18 anos, com possibilidade de ampliar essa idade para atingir o
325ensino médio. Na realidade, tais bolsistas seriam osicineiros que estariam nas associações,
326nas quadras de esporte, desenvolvendo atividades culturais e educacionais e as idéias partiriam
327dos próprios jovens, com temas relacionados ao seu cotidiano, mas sempre trabalhando as
328expressões de arte, o enriquecimento cultural, as oportunidades de desenvolvimento escolar. Já
329o outro eixo abordaria atividades de formação esportiva, educação física e cuidado corporal. As
330escolas teriam projetos e o desenvolvimento de oficinas diferentes, respondendo à dinâmica
331daquela realidade da comunidade. Pensou-se nos critérios indicadores para essas escolas que
332ressaltariam o seu porte, índices na prova Brasil, taxas de matrícula e de aprovação, reprovação,
333abandono do ensino médio e fundamental. Em relação aos municípios, pensou-se no IDH, índice
334de violação de direitos, denúncias relacionadas às drogas; sendo assim, foram selecionados 50
335municípios. Antes de se avançar nesse projeto, caberia uma definição de como ficaria a
336estruturação do acompanhamento e diretrizes para a necessária viabilidade. A **Presidente** disse
337acreditar que o referido programa deverá ser criado por decreto, normatizando a bolsa a ser
338instituída como um instrumento legal, visando a não gerar questões trabalhistas. **Indicadores**
339**sociais utilizados pelo Iparde:** Rendimento, taxa de pobreza, desigualdade de renda,
340escolaridade do responsável, taxa de analfabetismo, frequência escolar, esperança de vida,
341proporção de óbitos, coeficiente de mortalidade infantil e outros. Apresentação do Pacto pela
342Infância e Juventude, tornado conhecido nas suas diversas etapas através dos técnicos da
343Secretaria de Estado da Infância e Juventude. Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil – na

80
81

82
83
84
85
86
87
88



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR



344Secj (informações com Deise). **4. Encerramento:** A presidente encerrou a reunião agradecendo
345a presença de todos. A presente ata foi digitada por Sidiane Renata de Lima Carlos, Assistente
346da Secretaria Executiva dos Conselhos e lavrada por mim, Regina Amasiles Rodrigues Costa,
347Secretária Executiva/Conselhos. Depois de lida e aprovada, terá anexada a cópia da lista
348assinada pelos conselheiros presentes nesta reunião e disponibilizada na página eletrônica da
349Secretaria de Estado da Criança e Juventude – Secj (www.secj.pr.gov.br), no ícone Cedca-PR.